



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revista fsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 20, n. 9, art. 11, p. 239-252, set. 2023

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2023.20.9.11>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Zeitschriftendatenbank



MIAR



A Psicologia Escolar no Plano Nacional de Assistência Estudantil

School Psychology at the National Plan Student Assistance

Maria Clara Torres Paiva

Graduação em Psicologia no Centro Universitário Santo Agostinho
claramaria115@hotmail.com

Carlos Eduardo Gonçalves Leal

Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí
professor de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho
carlosleal@unifsa.com.br

Endereço: Maria Clara Torres Paiva

Av. Prof. Valter Alencar, 665 - São Pedro, Teresina - PI,
64019-625, Brasil.

Endereço: Carlos Eduardo Gonçalves Leal

Av. Prof. Valter Alencar, 665 - São Pedro, Teresina - PI,
64019-625, Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues**

Artigo recebido em 30/05/2023. Última versão
recebida em 20/06/2023. Aprovado em 21/06/2023.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O número de matrículas na educação superior brasileira tem crescido, processo relacionado a diferentes marcos legais e políticos. Com as políticas de democratização, o perfil do corpo discente tem mudado e a origem social dos estudantes tem lançado desafios para a permanência em um contexto historicamente marcado pela exclusão. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), direcionado a estudantes de graduação presencial em situação de vulnerabilidade socioeconômica, figura como importante política no processo de democratização da educação superior, política essa que tem a presença consolidada de profissionais de psicologia. Deste modo, o presente estudo tem como objetivo analisar as práticas profissionais em psicologia escolar desenvolvidas no contexto do PNAES em universidades federais nordestinas. Para isso, foi realizada uma pesquisa documental, a partir dos relatórios de gestão dos últimos cinco anos de pró-reitorias responsáveis pelo planejamento e execução das ações de assistência estudantil.

Palavras-Chave: Psicologia Escolar. Ensino Superior. Democratização. Plano Nacional de Assistência Estudantil.

ABSTRACT

The number of enrollments in Brazilian higher education has grown, a process related to different legal and political frameworks. With democratization policies, the profile of the student body has changed and the social background of students has posed challenges for permanence in a context historically marked by exclusion. The National Student Assistance Plan (PNAES), aimed at on-campus undergraduate students in a situation of socioeconomic vulnerability, figures as an important policy in the process of democratization of higher education, a policy that has the consolidated presence of psychology professionals. Thus, the present study aims to analyze the professional practices in school psychology developed in the context of the PNAES in northeastern federal universities. For this, a documentary research was carried out, based on the management reports of the last five years of the pro-rectories responsible for the planning and execution of student assistance actions.

Keywords: School Psychology. University education. Democratization. National Student Assistance Plan.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o número de matrículas na educação superior brasileira tem aumentado de maneira expressiva. Entre 2010 e 2020, o percentual de aumento foi de 35% (INEP/MEC, 2022). Essa massificação dos diplomas universitários está relacionada a diferentes marcos legais e políticos, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) (BRASIL, 2005), o Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (BRASIL, 2007), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) (BRASIL, 2006), a Lei das Cotas (BRASIL, 2012a), entre outros. Nesse contexto, o perfil dos estudantes universitários tem mudado e, em razão da origem social, muitos enfrentam o desafio de permanecer em instituições de ensino historicamente marcadas pela exclusão.

Nas instituições federais de ensino superior, o perfil socioeconômico e cultural de estudantes de cursos de graduação expressa a relevância de políticas voltadas à permanência, já que quase a metade desses estudantes ingressaram nas universidades por meio de cotas e, aproximadamente, 60% são oriundos da escola pública, apresentando vulnerabilidades diversas, entre as quais a vulnerabilidade socioeconômica (FONAPRACE/ANDIFES, 2019). O Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (BRASIL, 2010), que tem como público-alvo estudantes de graduação presencial em situação de vulnerabilidade socioeconômica, exerce importante papel no processo de democratização da educação superior.

Os profissionais de psicologia têm presença consolidada no PNAES, desenvolvendo ações de promoção e prevenção da saúde da comunidade universitária e de orientação à queixa escolar, sobretudo de estudantes vinculados aos programas e benefícios da assistência estudantil. Entretanto, é necessário destacar que o crescente cenário de matrículas no ensino superior, o qual tem tornado o corpo discente mais heterogêneo quanto à origem social, tem impulsionado a produção de demandas acríicas e equivocadas por atendimentos psicológicos voltados à adequação acadêmica (MARINHO-ARAÚJO, 2016), problemática ainda incipiente nos trabalhos publicados em diferentes bases eletrônicas de dados, considerando, inclusive, o fato de que a inserção do psicólogo no PNAES é um processo relativamente novo, dado que o próprio decreto tem pouco mais de 10 anos.

Com base nisso, delimitamos o seguinte problema de pesquisa: Como se configuram as práticas profissionais desenvolvidas por psicólogos escolares no contexto do Plano Nacional de Assistência Estudantil em universidades federais nordestinas?

A relevância científica da pesquisa está no avanço que promove para a literatura científica da psicologia, da educação e da assistência estudantil, uma vez que aborda uma temática nova, ainda não contemplada em todos os seus aspectos. Como o estudo foi realizado por meio de análise de documentos públicos das universidades federais nordestinas, quais sejam, os relatórios de gestão dos serviços, a pesquisa também pode produzir importantes indicadores para o registro de informações com base nos debates mais atuais na literatura científica.

A relevância social está relacionada ao fato de que a pesquisa realizada aborda um serviço ofertado no contexto de uma importante política pública direcionada à permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A crescente massificação da educação superior brasileira não pode ser confundida com democratização (DUBET, 2015), condição na qual se torna urgente o mapeamento e debate a respeito de como são implementadas as ações voltadas a um segmento historicamente excluído das universidades.

Desse modo, o objetivo geral foi analisar as práticas profissionais em psicologia escolar desenvolvidas no contexto do Plano Nacional de Assistência Estudantil em universidades federais nordestinas. Os objetivos específicos foram: 1) identificar as práticas profissionais desenvolvidas pelos psicólogos escolares da assistência estudantil; 2) examinar como se configuram as articulações dos psicólogos escolares com os demais serviços e ações institucionais; 3) discutir o papel da psicologia escolar na democratização do ensino superior e nas ações direcionadas ao enfrentamento da evasão e retenção acadêmica de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica vinculados aos programas e benefícios da assistência estudantil.

2 METODOLOGIA

2.1 Caracterização do estudo

Para a resposta ao nosso problema de pesquisa e concretização dos objetivos traçados nesse projeto, realizamos uma pesquisa documental, por meio de consulta a fontes primárias, ou seja, dados e informações que ainda não receberam tratamento científico. As fontes primárias a serem consultadas são os relatórios de gestão de pró reitorias de assuntos estudantis ou equivalentes, de universidades federais da região nordeste, responsáveis pelo planejamento e execução das ações de assistência estudantil previstas no Plano Nacional de Assistência Estudantil (BRASIL, 2010). A análise será realizada, especificamente, a partir

da seção e/ou subseções dos relatórios, que integram informações e dados referentes ao serviço de psicologia. Como se trata da análise de documentos públicos, não envolvendo qualquer abordagem direta a seres humanos, considerando que é uma pesquisa documental, a presente proposta dispensa apreciação de um comitê de ética e pesquisa.

2.2 Amostra, Critérios de Inclusão e Exclusão

Foram analisados os relatórios dos últimos cinco anos (de 2017 a 2021), publicados na página oficial das universidades, conforme orienta a legislação pertinente da transparência pública. Os critérios de inclusão das universidades foram: 1) ser mantida com recursos do Governo Federal; 2) estar situada na região nordeste; 3) quanto à organização acadêmica, ser qualificada como universidade; 4) disponibilizar, na página de internet oficial, os relatórios de gestão do órgão responsável pela assistência estudantil, correspondentes ao recorte temporal do estudo; 5) Ter, no organograma da pró-reitoria responsável pela assistência estudantil, um serviço de psicologia ou então contar com profissional de psicologia na equipe da assistência estudantil. Das universidades elegíveis, foram excluídas do estudo as instituições que: 1) publicaram relatórios de assistência estudantil somente com informações numéricas, sem descrição das ações desenvolvidas; 2) apresentaram, nos elementos textuais do relatório, informações divergentes a respeito das ações desenvolvidas; 3) apresentaram, na página oficial, link de acesso aos arquivos dos relatórios que redireciona para páginas não oficiais (como, por exemplo, redes sociais); 4) apresentaram arquivos corrompidos.

2.3 Procedimento de coleta de dados

A pesquisa documental proposta envolveu algumas etapas. A primeira etapa consistiu na realização da pré-análise, que compreendeu a formulação do problema de pesquisa, elaboração de hipóteses, definição de objetivos e planejamento de trabalho, os quais foram descritos neste documento. Posteriormente, procedemos à organização do material, iniciando pelo levantamento das universidades federais localizadas na região nordeste, com base nas informações disponíveis no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições da Educação Superior, publicadas na página oficial do Ministério da Educação.

Após a obtenção do levantamento das universidades federais da região nordeste, procedemos à consulta das respectivas páginas oficiais das universidades, com o objetivo de

acessar os relatórios de gestão das pró-reitorias de assuntos estudantis ou órgãos equivalentes. Em uma primeira etapa, procedemos à classificação e numeração dos arquivos, levando em consideração o ano e a universidade correspondente. Em seguida, as informações contidas nos documentos foram extraídas e organizadas em fichamentos.

Por fim, a etapa final da pesquisa envolveu a análise das informações, ou seja, o tratamento dos dados, que foi realizado por meio da construção de eixos temáticos e discussão embasada na literatura científica disponível.

2.4 Aspectos Éticos e Legais

Como destacado, o artigo contempla uma pesquisa documental, portanto não envolve abordagem direta a seres humanos, e utilizou, como fonte primária, os relatórios de gestão das pró-reitorias responsáveis pela assistência estudantil, ou seja, documentos públicos que não requerem autorização das instituições. Sendo assim, as Resoluções 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, não se aplicam. Entretanto, as informações construídas no processo de pesquisa receberam tratamento ético e as instituições serão apresentadas, no relatório de pesquisa e publicações relacionadas, por meio de códigos, com o objetivo de respeitar e garantir o sigilo e a confidencialidade das informações.

2.5 Análise de dados

Com base nos objetivos traçados para o estudo e nas informações extraídas dos relatórios, foram construídos eixos temáticos de análise, os quais foram discutidos com base na literatura científica disponível a respeito da atuação profissional em psicologia escolar no ensino superior, sobretudo no contexto das universidades federais e do Plano Nacional de Assistência Estudantil (BRASIL, 2010).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em uma realidade marcada pela desigualdade social, como a realidade brasileira, o sistema escolar exerce um importante papel na manutenção do *status quo* (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002; GUZZO, 2020). Quando delimitamos o cenário social da educação superior, é necessário destacar que, historicamente, esse nível de ensino tem contribuído para a reprodução da elite cultural, econômica, social e política do Brasil, uma vez que se

constitui como um nível aparentemente meritocrático (CARNEIRO; SAMPAIO, 2021; SILVA; SAMPAIO, 2020).

Ainda que o acesso à educação básica tenha sido universalizado no Brasil, como preconizado na Constituição Federal (BRASIL, 1988), a qual promulga que o estado, em consonância com a família, tem o dever de ofertar educação de qualidade gratuita aos cidadãos brasileiros para o pleno desenvolvimento e execução da cidadania e do trabalho, a realidade é que o acesso à escola ocorre em níveis muito desiguais, dada a discrepância de qualidade entre escolas públicas e particulares, situação que produz implicações na trajetória de escolarização, com repercussões diretas no acesso à educação superior.

O impacto da origem social na trajetória de escolarização tem sido objeto de reflexões diversas, que impulsionaram a formulação de políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior. A Lei das Cotas (BRASIL, 2012), por exemplo, tem mudado o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes universitários, sobretudo quando destacamos o contexto das instituições federais de ensino superior, as quais têm uma expressiva participação na ampliação das oportunidades de acesso. O Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (BRASIL, 2007) proporcionou uma série de investimentos na educação superior pública, que culminaram na criação de novas universidades, de novos campi de universidades já existentes, de novos cursos de graduação, bem como na interiorização do acesso a esse de ensino. A massificação da educação superior desloca para dentro do sistema universitário uma nova realidade, a qual demanda a criação de políticas voltadas à permanência estudantil.

É nesse contexto que o Plano Nacional de Assistência Estudantil (BRASIL, 2010) é instituído. Os objetivos desta política são: a democratização das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; a redução das taxas de retenção e evasão; e a promoção da inclusão social pela educação. O PNAES é direcionado a estudantes de graduação presencial de instituições federais de ensino superior e contempla ações que se distribuem nos seguintes eixos: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A psicologia escolar tem consolidado sua presença no PNAES, uma vez que os psicólogos integram as equipes multiprofissionais da assistência estudantil. Como destaca Marinho-Araújo (2016), a massificação e democratização da educação superior acabou

criando demandas acríicas e equivocadas por atendimentos psicológicos nas instituições, com o objetivo de ajustar esse novo perfil de estudante às exigências de um mundo acadêmico complexo. Os serviços de psicologia no ensino superior foram se consolidando com base em um modelo voltado exclusivamente para uma atuação individualizada, clínica e terapêutica, modelo esse que se encontra em um processo de transição para um enfoque relacional, coletivo, voltado para uma dimensão psicossocial e para intervenções institucionais (GOMES; MARINHO-ARAÚJO, 2021).

3.1 Eixo 1: Práticas profissionais desenvolvidas pelos psicólogos escolares da assistência estudantil

Os psicólogos escolares desempenham um papel de suma importância na assistência estudantil, contribuindo de maneira significativa para o bem-estar e o desenvolvimento dos estudantes. No contexto das práticas profissionais, esses profissionais adotam uma abordagem abrangente e multifacetada para lidar com os desafios psicossociais enfrentados pelos alunos. Uma das principais práticas profissionais desenvolvidas pelos psicólogos escolares é a avaliação psicológica, por meio da qual eles buscam compreender as necessidades individuais dos estudantes, identificar possíveis dificuldades emocionais, cognitivas ou comportamentais e fornecer recomendações e intervenções adequadas. Essa abordagem permite que os psicólogos escolares identifiquem fatores que podem impactar o desempenho acadêmico e promovam estratégias de apoio e desenvolvimento pessoal.

Outra prática de extrema importância é a intervenção em situações de conflito. Além disso, os psicólogos escolares desempenham um papel relevante na promoção da saúde mental e do bem-estar dos estudantes. Eles organizam atividades educativas e preventivas, como palestras sobre habilidades sociais, manejo do estresse e promoção da autoestima. Essas ações têm como objetivo fortalecer a saúde emocional dos estudantes, prevenir problemas de saúde mental e criar um ambiente escolar acolhedor e inclusivo.

No relatório de gestão da UF01, por exemplo, constam algumas ações desenvolvidas com o intuito de promover a saúde mental. Dentre elas, destacam-se a veiculação de campanhas nas mídias institucionais, o lançamento de um Guia de Atenção Psicossocial em Saúde Mental, com informações sobre a rede de atenção psicossocial, e a realização de vivências de terapias comunitárias integrativas na residência universitária. Também houve o acompanhamento do desempenho acadêmico, com levantamento de dados e análise

referente à assiduidade e coeficiente de rendimento acadêmico dos estudantes contemplados com modalidades da assistência estudantil, realizado a cada semestre letivo.

Além disso, foram oferecidas orientações individuais e grupais, visando à identificação de problemas e intervenções nas situações que produziram dificuldades no desempenho acadêmico. Projetos de promoção da saúde mental foram ampliados, com ações coletivas, de caráter interdisciplinar e intersetorial, como rodas de conversa e campanhas. Vale ressaltar que o Núcleo de Acessibilidade (NAC) desenvolveu ações com o objetivo de garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem bem-sucedida de estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação, em conformidade com as diretrizes nacionais que orientam a inclusão educacional na Educação Superior.

Em síntese, as práticas profissionais dos psicólogos escolares na assistência estudantil abrangem uma ampla variedade de atividades e abordagens. Seja por meio da avaliação psicológica, orientação vocacional, intervenção em conflitos ou promoção da saúde mental, esses profissionais desempenham um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento acadêmico e emocional dos estudantes, contribuindo para um ambiente escolar saudável e propício à aprendizagem. Através das ações mencionadas no relatório de gestão da UF01, como veiculação de campanhas, lançamento de guias, realização de terapias comunitárias, acompanhamento de desempenho acadêmico e ampliação de projetos de promoção da saúde mental, os psicólogos escolares trabalham em parceria com a instituição para garantir a saúde mental e a inclusão educacional dos estudantes.

3.2 Eixo 2: Articulação do psicólogo com os demais serviços e ações institucionais

As articulações dos psicólogos escolares com os demais serviços e ações institucionais nas universidades são essenciais para promover uma abordagem integrada e colaborativa no suporte aos estudantes. Essas articulações visam estabelecer conexões e parcerias entre os diferentes setores, a fim de fornecer uma assistência abrangente e eficaz, especialmente em tempos desafiadores, como durante a pandemia de COVID-19.

Uma forma de configuração dessas articulações mais presentes dentro das universidades analisadas é por meio da participação em equipes multiprofissionais. Os psicólogos escolares trabalham em colaboração com outros profissionais, como assistentes sociais, pedagogos e profissionais da área de saúde. Essa equipe multidisciplinar permite a

troca de conhecimentos, experiências e informações sobre os estudantes, possibilitando uma compreensão mais completa de suas necessidades e a oferta de suporte adequado.

Ademais, os psicólogos escolares estabelecem articulações com os coordenadores dos cursos e professores, integrando aspectos acadêmicos e emocionais dos estudantes. Eles podem fornecer orientações aos professores sobre estratégias pedagógicas que considerem as necessidades psicossociais dos alunos, além de auxiliar na identificação de dificuldades emocionais ou comportamentais que possam afetar o desempenho acadêmico.

Outra forma de articulação é a colaboração com os serviços de assistência psicossocial e de saúde das universidades. Os psicólogos podem encaminhar os estudantes para esses serviços quando há necessidade de suporte adicional, como atendimento psicossocial, orientação vocacional, apoio nutricional ou serviços de saúde mental. Essa articulação permite uma abordagem holística no cuidado com os estudantes, abrangendo diversas dimensões de seu bem-estar.

Além disso, os psicólogos escolares também podem participar de comissões e grupos de trabalho relacionados à assistência estudantil e às políticas institucionais. Isso lhes permite contribuir na definição de diretrizes e na implementação de ações voltadas ao suporte dos estudantes, considerando as demandas identificadas em sua prática profissional.

No relatório de gestão de 2020 da UF02, é destacada a importância dessas articulações em um ano desafiador devido à pandemia. A suspensão das atividades presenciais levou à necessidade de estabelecer parcerias com Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) e a rede de atendimento em saúde mental para oferecer suporte aos estudantes em situação de risco e criar recursos de acolhimento/psicoterapia sem custo para os discentes. Além disso, a proposta da Rede de Proteção Psicossocial da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas (PRODEP) busca promover uma articulação entre os serviços, programas, projetos e ações existentes na UF02, visando a um acolhimento mais qualificado e o desenvolvimento de novas propostas para enfrentar as demandas psicossociais da comunidade universitária, considerando os impactos psicológicos do distanciamento social.

Em resumo, as articulações dos psicólogos escolares com os demais serviços e ações institucionais nas universidades, por meio da participação em equipes multiprofissionais, colaboração com coordenadores e professores, conexão com os serviços de assistência social e de saúde, e participação em comissões e grupos de trabalho, buscam proporcionar uma assistência estudantil mais abrangente, integrada e efetiva, promovendo o bem-estar e o desenvolvimento dos estudantes, especialmente diante de desafios como a pandemia de COVID-19.

3.3 Eixo 3: A psicologia escolar e a democratização do ensino superior

No contexto da expansão inquestionável do Ensino Superior, é essencial avaliar até que ponto essa ampliação contribuiu verdadeiramente para a democratização do acesso e do sucesso educacional dos grupos socioeconômicos menos privilegiados que ingressam nessa modalidade de ensino. Infelizmente, os candidatos provenientes desses grupos enfrentam uma menor representatividade tanto nas instituições de ensino superior quanto nos cursos mais prestigiados socialmente. Essa realidade tem um impacto significativo em seus projetos vocacionais e perspectivas de carreira, uma vez que suas experiências escolares prévias podem influenciar as classificações que determinam a admissão no Ensino Superior.

A implementação de políticas como Reuni (Brasil, 2005), Prouni (Brasil, 2007) e Lei das Cotas (Brasil, 2012) abriu importantes oportunidades para estudantes provenientes de escolas públicas, com baixas condições socioeconômicas e outras características que antes os excluía do cenário acadêmico. Essa nova configuração no campus universitário resultou em uma demanda inesperada por psicólogos escolares no ensino superior, com a expectativa de que esses profissionais oferecessem suporte para lidar com problemas de aprendizagem, defasagens acadêmicas e inadequação social enfrentados pelos novos perfis estudantis, em consonância com as configurações e exigências acadêmicas.

Estudos conduzidos por Marinho-Araujo (2009, 2014a) defendem que os espaços abertos à Psicologia Escolar, por meio da democratização do ensino superior no país, devem ser ocupados de forma estratégica, explorando as brechas e contradições presentes nas ideologias hegemônicas. Essas rupturas devem ser ampliadas por meio de uma atuação pautada na ética e na criticidade, embasada em fundamentos teórico-conceituais que possibilitem a transformação social, a conscientização e o empoderamento de todos os atores desse contexto. O objetivo é promover um protagonismo coletivo para impulsionar mudanças institucionais inclusivas, dignas e justas.

Defende-se, portanto, que a Psicologia Escolar no ensino superior deve se engajar no desenvolvimento psicológico complexo dos participantes desse espaço, desempenhando um papel ativo na promoção do bem-estar, do crescimento pessoal e na criação de um ambiente educacional que valorize a diversidade e a equidade.

Além disso, ao analisar o sucesso acadêmico e a conclusão dos cursos, surgem preocupações ainda maiores em relação à efetiva democratização do Ensino Superior. Diversas pesquisas demonstram que as taxas de insucesso acadêmico e abandono estão diretamente associados à origem social dos estudantes (TAVARES, 2008). Esses resultados

reforçam a necessidade de abordar as desigualdades socioeconômicas que afetam os estudantes, a fim de promover uma democratização efetiva do Ensino Superior, garantindo oportunidades iguais para todos.

Os relatórios de gestão de todas as universidades estudadas destacam a importância do PNAES como política pública. A UF03, por exemplo, apresenta na página da Pró-Reitoria os relatórios de gestão referentes aos anos de 2011 a 2022, os quais endossam a assistência estudantil como direito para a garantia da inclusão social pela educação. Nos registros, por exemplo, constam ações realizadas pelos diferentes serviços, entre os quais, o psicológico, com a finalidade de promoção de mudanças institucionais, inclusive, com a consolidação de uma política de assistência estudantil da instituição. A atuação em psicologia no domínio do PNAES deve romper com a lógica individualizante e contemplar os fenômenos psicológicos de maneira articulada à dinâmica institucional e social. A promoção de saúde mental da comunidade universitária, por exemplo, demanda toda uma mudança na cultura que define as relações no cenário social da educação superior.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da educação superior no Brasil tem contribuído para a mudança no perfil dos estudantes universitários e fomentado o debate sobre ações de permanência, entre as quais as promovidas no âmbito da Psicologia Escolar e Educacional. O Plano Nacional de Assistência Estudantil representa uma importante política de permanência direcionada a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, lançando desafios para a atuação do psicólogo.

Na análise dos relatórios de gestão, percebemos que a Psicologia Escolar e Educacional tem seu espaço consolidado na assistência estudantil, desenvolvendo importantes práticas científico-profissionais de maneira articulada a uma perspectiva de inclusão social pela educação. Os atendimentos individuais, apesar de ocuparem um papel central nas ações dos profissionais, têm se integrado a uma atuação preventiva e institucional, as quais potencialmente produzem mudanças contextuais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 4 mar. 2022.

BRASIL. **Lei 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 2 mar. 2022b.

CARNEIRO, A. S. C; SAMPAIO, S. M. R. Transição para a vida adulta em famílias de origem popular: o que muda com a entrada dos jovens na universidade? In: MARINHO-ARAÚJO, Claisy M.; DUGNANI, Lilian Aparecida Cruz (Org.). **Psicologia Escolar na Educação Superior**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2021.

DUBET, F. Qual democratização do ensino superior? **Caderno CRH [online]**. 2015, v. 28, n. 74 [Acessado 19 Novembro 2021], pp. 255-266. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200002>>. ISSN 1983-8239. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200002>.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). Perfil socioeconômico e cultural dos Estudantes de graduação das universidades Brasileiras. Brasília, DF: FONAPRACE, 2019.

GOMES, C; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Atuação da psicologia nas instituições federais de ensino superior: uma análise das propostas institucionais. In: MARINHO-ARAÚJO, Claisy M.; DUGNANI, Lilian Aparecida Cruz (Org.). **Psicologia Escolar na Educação Superior**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2021.

GUZZO, R. S. L. A escola amordaçada e o compromisso do psicólogo com este contexto. In: MARTÍNEZ, Albertina Mitjás (Org.). **Psicologia escolar e compromisso social**. Campinas: Alínea, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da Educação Superior 2020**: notas estatísticas. Brasília: Inep/Mec, 2022.

MARINHO-ARAÚJO, C. M. Inovações em Psicologia Escolar: o contexto da educação superior. **Estudos de Psicologia (Campinas) [online]**. 2016, v. 33, n. 2 [Acessado 18 Novembro 2021], pp. 199-211. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02752016000200003>>. ISSN 1982-0275. <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000200003>.

NOGUEIRA, C. M. M; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade [online]**. 2002, v. 23, n. 78 [Acessado 19 Novembro 2021], pp. 15-35. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101->

73302002000200003>. Epub 13 Dez 2006. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200003>.

SILVA, S. A; SAMPAIO, S. M. R. Cursos de alto prestígio social e estudantes de origem popular: seletividade e democratização. In: SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de; AQUINO, Fabíola de Souza Braz; GUZZO, Raquel de Souza Lobo; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria (Org.). **Psicologia Escolar Crítica: atuações emancipatórias nas escolas públicas**. Campinas: Alínea, 2018.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

PAIVA, M. C. T; LEAL, C. E. G. A Psicologia Escolar no Plano Nacional de Assistência Estudantil. **Rev. FSA**, Teresina, v. 20, n. 9, art. 11, p. 239-252, set. 2023.

Contribuição dos Autores	M. C. T. Paiva	C. E. G. Leal
1) concepção e planejamento.		X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.		X